
REFLEXÃO ACERCA DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA ÉTICA HUSSERLIANA

*Wellington Trotta - Doutor em Filosofia pelo IFCS-UFRJ. Professor
de Filosofia na UNESA*

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por fim analisar o sistema ético husserliano, em geral, e os ensaios *Renovação*, em particular, tendo como preocupação central o significado de ética como ciência da vida ativa. Dessa forma, o texto ficou dividido em três tópicos e uma conclusão.

O tópico primeiro denomina-se *Demarcação da ética husserliana: relação entre o teórico e o prático*, que se concentra na ideia de apresentar o conceito nuclear de ética e a visão demarcatória da escola husserliana e suas influências. *A ética com seu intento de renovação do homem individual ao comunal* é o título do segundo tópico, em que foi analisada a ética como instância crítica das relações intersubjetivas, assim como construção teórica que pensa

¹ Este artigo, modificado e ampliado, foi publicado em partes no periódico www.revistalogoseveritas@inf.br.

a necessidade do espírito de renovação para salvar a Europa do pessimismo que tomou conta dessa cultura diante dos escombros da Guerra de 1918. Observa-se que, nesse tópico, foram examinados os ensaios de Husserl publicados na revista *Kaizo*. *Ética como ciência da vida ativa* é o título do terceiro tópico, em que se estudou o sentido de ética como ciência universal do espírito e guia de uma renovação à vida comunitária. Na conclusão, fez-se pequena reflexão a partir do problema *Vida ética como fim do logos*.

Registra-se aqui o profundo agradecimento ao ilustre pensador Prof. Aquiles Cortes Guimarães por ter emprestado o seu precioso nome a este artigo, resultado do Relatório Pós-Doutoral. Ressalta-se que os erros nele existentes não devem ser atribuídos ao insigne mestre, que ciosamente emprega meticuloso cuidado aos trabalhos que por suas mãos passam.

I - DEMARCAÇÃO DA ÉTICA HUSSERLIANA: RELAÇÃO ENTRE O TEORÉTICO E O PRÁTICO

No pensamento ético de Husserl, existem especificidades que tornam complexa a tarefa de descrever os elementos que compõem o seu sistema prático. Isso pelo fato de que, no vasto universo de sua obra, ao longo de sua produtiva vivência reflexiva, esteve em constante elaboração. Husserl sempre retificava seu pensamento. Porém, encontra-se algo essencial em sua teorização ética, o que faz de sua escola um importante sistema de considerações nesse *campus*, qual seja: a busca de uma fundamentação teórica para que a ética possa se tornar não só uma disciplina técnica de natureza prática, mas um sistema rigoroso que forneça conhecimentos para o bom juízo das ações; além de tomar a alteridade como princípio (HUSSERL, 2001, p. 143-144). Isso está bem claro em sua obra *Lineamenti di ética formale* de 1908-1914; na *Introduzione all'etica 1920-1924*; nos seus cinco ensaios denominados Renovação, escritos

entre 1923 a 1924 para a revista japonesa *The Kaizo*; na Conferência de Viena em 1935, intitulada *A crise da humanidade europeia e a filosofia*; e em *A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental* de 1936. É importante observar, ainda, que os textos éticos de 1908-1914 e 1920-1924 só foram publicados a partir dos anos de 1980. Os trabalhos publicados em vida, por Husserl, contêm análises sérias e profundas, embora não estudem os elementos constitutivos do mundo da ciência ética (SEPP, 1995, p. 19).

A ética husserliana é constituída por um princípio relevante, o *a priori*, de inspiração kantiana. Esse elemento é fulcral à medida que se toma a incondicionalidade como instância formuladora de fundamento. Assim, sendo a consciência o centro doador de sentidos, e sendo capaz de perceber os significados dos objetos quanto ao agir humano, também é capaz de apreender a natureza correta das ações. Logo, a ética husserliana está marcada pelo incondicional, posto pelo seu imperativo categórico, que consiste no seguinte mandamento: "*faça em todo o momento o melhor possível entre o alcançável*" (HUSSERL, 2009, p. 156).

Diferentemente de Kant, que subordina o agir aos ditames do imperativo categórico, sendo o dever elemento central da lei racional que regula as ações longe das inclinações sensíveis, Husserl toma a ideia segundo a qual as ações humanas devem se pautar pelo princípio de que o indivíduo deve *agir da melhor forma possível*. Nesse caso, a ética husserliana filia-se à ética do dever, guardando uma peculiaridade que a distingue da kantiana, isto é, a sua concepção de imperativo que, longe de ser formal e idealisticamente forjado pelas éticas estoica e cristã-luterana, tem uma formulação política: "*faça em todo o momento o melhor possível*" nas relações intersubjetivas. Logo, o imperativo husserliano não é abstrato e volta-se para uma comunidade de indivíduos associados por laços culturais. Assim, Husserl, como filósofo da totalidade e da unicidade, é herdeiro das filosofias de

Aristóteles e Kant. Ressalta-se, porém, que é a Kant que Husserl dirige-se como crítica e assimilação, pois, ao examinar as *aporias* da ética, aprofunda sua axial preocupação: a rigorosidade científica.

A pesquisa sobre a ética e seus elementos constitutivos também apresenta os mesmos problemas de toda ciência, inclusive os da matemática, por exemplo. Se se deseja que um determinado saber se torne científico, é preciso ter a noção de que ele *é uma unidade objetiva fechada*, ou seja, um domínio de elementos próprios que forjam a necessidade de buscar a verdade, o desvelamento dos seus significados. Em Husserl, a ética pensada como disciplina técnica do agir é um reino de elementos específicos que não prescinde, tal qual a lógica, de *investigação orientada segundo unidades objetivas*. A ética, portanto, tem dupla acepção: tanto é uma ciência técnica do agir, quanto uma ciência teórica que dispõe de um conjunto de princípios pelos quais analisa as técnicas, o motivo, a necessidade e a relevância do agir.

O grande objetivo de Husserl, além de outros como teórico da ciência, é descobrir um conjunto de conceitos que torne a lógica uma *mathesis universalis* com o propósito de unificar todas as ciências. Essa preocupação baseia-se na ideia de que não é possível pensar ou fazer ciência orientada pelas infiltrações advindas do relativismo, ceticismo, psicologismo etc. Husserl acredita na unidade da ciência, e, para tal, é preciso reconhecer na lógica o papel de criar condições teóricas para este fim. Conforme Husserl, tanto a lógica como a ética tiveram, historicamente, a mesma proposta originária, isto é, tratar também de problemas práticos: a lógica como razão judicante do pensar, e a ética como razão normativa do agir humano. Esta se volta para as relações humanas, aquela para o pensamento humano.

Segundo Husserl, Aristóteles, como fundador da lógica, teve o mérito de elaborá-la com o propósito de forjar as bases metodológicas do conhecimento científico (Idem, p. 26). Sendo assim, a lógica

tem sua origem, como a ética, no campo da atividade prática, isto é, na organização do pensamento voltado para as metodologias científicas no trato da verdade e na elaboração reflexiva do agir, no que se refere ao campo das relações humanas. Mas, contrário a Aristóteles e próximo de Sócrates (EE, 1216b), Husserl afirma, *mutatis mutandis*, que o conteúdo teórico é elucidativo na elaboração de juízos éticos, pois o “*acesso à palavra, a vontade necessita dos atos lógicos, e o resultado é um juízo de dever, que é precisamente um julgamento e não uma vontade. Logo, a razão lógica deve, por assim dizer, lançar seu olhar também sobre o âmbito prático, emprestando a este o olho do intelecto*” (Idem, p. 81).

Husserl, no seu livro *Lineamenti di ética formale* de 1914, após a obra *Investigações lógicas*, elabora um conjunto de formulações sobre o mundo do agir, guardando o mesmo problema entre a relação lógica e ética. Nesse percurso das especulações éticas husserlianas, sobressai-se uma reflexão sobre a situação da ética no concerto da filosofia, e o seu objeto pode lhe oferecer o *status* de ciência. Essa preocupação husserliana justifica-se em virtude de tentar superar o ceticismo e as suas variáveis, tais como empirismo, relativismo etc. Se a verdade, na esfera do pensamento, torna-se um objeto da lógica, a ética, por sua vez, constitui-se como ciência rigorosa a partir do seu objeto *natureza do agir*, que proporciona um diálogo com outros ramos da filosofia. Nesse contexto, Husserl, com o propósito de estabelecer as condições de cientificidade da ética, toma da lógica os seus pressupostos científicos e os empresta. O projeto de transformar a ética em uma ciência rigorosa consiste em afastar as opiniões que tanto a prejudicam, solapando o objetivo de oferecer, a ela, o *status* de ciência que exige análises rigorosas quanto aos seus problemas. A preocupação husserliana, advinda do seu ensaio *Filosofia como ciência de rigor*, está bem próxima desse problema, visto que o filósofo deseja banir das “*investigações éticas*” as opiniões.

Com o intuito de ratificar e ampliar seu entendimento assentado no início de suas lições de 1914, Husserl esclarece que a ética também tem, por fim, elaborar uma teoria dos valores e, para isso, deve fundar um conjunto de princípios que lhe dê a mesma condição oferecida à teoria do conhecimento, isto é, à teoria dos valores, o que quer dizer, fenomenologicamente, examinar a partir do fundamento que propõe à consciência como doadora de sentidos, nesse caso, uma crítica aos valores constituídos. Outrossim, a teoria dos valores propugnada por Husserl firma-se como crítica ao entorno humano, crítica esta cuja saída é lançar mão da *epoché* com o escopo de suspender as bases do existente. Assume Husserl a ideia de que a ética deve ser uma crítica aos valores à medida que os analise.

Valendo-se da observação de José Santos quanto ao significado da fenomenologia e à aplicação a sua demarcação ética, pode-se dizer que ela mesma não visa à “*demonstração ou à prova; não pretende axiomatizar nem hierarquizar conceitos de forma dedutiva ou indutiva. Seu objeto é mais modesto: trata-se de evidenciar*” (1973, p. 255). Isso significa dizer que é “*tornar patente e manifesto o que, na reflexão natural, assumimos de modo inconsciente e anônimo*” (Ibidem). Logo, a ética, como ciência judicante-normativa, ao fundamentar a teoria dos valores do ponto de vista rigoroso, deve ser um sistema estrutural que possibilite uma análise racional dos valores postos pelo sujeito no que tange o mundo moral que, ao contrário do mundo natural, não pode ser explicado e muito menos interpretado ao modo das ciências fáticas do espírito, mas descrito pela evidência intuitiva.

Consoante às lições de 1914, as da *Introduzione all'ética de 1924*, que, apesar do impacto da Guerra de 1914-1918, ainda guarda a mesma preocupação quanto à relação entre lógica e ética, ao que destaca o *eu* como centro. Sem entrar no mérito quanto à mudança

de posição que Husserl adota entre o texto de 1914 e o outro de 1924, sobretudo no que diz respeito ao *eu*, em que a ética científica não pode ser somente pensada como lógica do sentimento, porque nela há os problemas relacionados aos valores e aos atos práticos e axiológicos, a lógica formal ou pura, também pode ter o seu correlato no mundo quotidiano, que seria a ética formal ou pura. Assim, como a lógica normatiza o pensamento na busca da verdade, a ética, como disciplina teórica sobre o agir, almeja um critério universal de julgamento sobre as ações com o propósito de oferecer princípios universais *a priori* sobre a conduta moral (HUSSERL, 2009a, p. 3). Ela é teórica e prática ao mesmo tempo, nisso nota-se a influência kantiana com sua relação *puro-prático*. Para Fabri (2012, p. 31), o caráter incondicional da ética husserliana caracteriza-se por ter o *a priori* como condição necessária à superação dos sistemas relativistas como ceticismo, biologismo, empirismo etc., sem esquecer o mundo sensível das relações humanas, ou seja, as situações motivacionais.

Na ótica husserliana, a ética, como ciência judicante-normativa, tem como preocupação guiar para o justo e definir o seu significado sem prescrever, no entanto, um guia de condutas, propensão esta que não mais seria filosofia, ética ou qualquer outro elemento racional, e iria de encontro à autonomia, ideia fundante do agir. A condição de disciplina técnica, no entanto, não faz da ética uma ciência sem conteúdo, pois se nela existe a incumbência de nortear o agir, devendo se valer de elementos teóricos, por isso ela pertence ao mundo prático-teorético. Logo, nos ensaios da *Renovação e Crise da humanidade europeia e a filosofia*, Husserl crítica a ética de corte individual – kantiana -, pois, ao *voltar às coisas mesmas*, restaura a reflexão aristotélica sobre o mundo comunitário. A partir dos anos do pós-guerra, o pensamento ético husserliano volta-se ao espírito de renovação individual e coletiva do homem, em que a ética, ciência filosófica, ocupa-se com o quotidiano da vida ativa.

Antes de iniciar o tópico seguinte, julga-se necessário recapitular o pensamento ético de Husserl ao longo de sua atividade como filósofo, para depois desenvolver o problema da ética como ciência da vida ativa. Segundo Hoyos Vásquez, o pensamento ético do nosso filósofo percorreu três etapas, todas elas especificamente marcadas por preocupações distintas, e, ao mesmo tempo, ligadas entre si através de elementos teóricos que surgem como decorrência do processo reflexivo sobre o agir. Para Vásquez, a primeira etapa, compreendida entre os anos de 1908-1920, é configurada pela preocupação em refutar as formulações do ceticismo, relativismo etc., defendendo uma ética de matiz objetivista, ainda influenciada pelos resultados das *Investigações lógicas*. Nisso, Husserl despende um grande esforço teórico com a finalidade de demonstrar os problemas éticos e, conseqüentemente, axiológicos, pensados como juízos objetivos. Aqui a ética é influenciada pela lógica, no que reside a lógica orientar o pensamento científico, e consubstanciando a ética, objetivamente, no pensamento moral. Pode-se dizer que, assim como a intuição apreende as verdades científicas, ela seria também capaz de perceber as verdades do universo moral (VÁSQUEZ, 2002, p. IX).

A terceira fase, marcada pela publicação da obra *Crise das ciências europeias e a filosofia transcendental* em 1936, tem como objeto de preocupação o mundo da vida – *Lebenswelt* - que remete à reflexão fenomenológica das vivências para estabelecer o conteúdo cognitivo dos juízos que compreendem o compromisso valorativo do sujeito em determinadas situações e motivações no processo de renovação do homem (Idem, p. XII). O mundo da vida, como lugar originário, percebe Husserl, foi esquecido por conta das criações ideais, soterrando a dimensão contundente do espírito que intui valores mais altos. Nisso colaborou a ideia de ciência de fatos, cuja orientação positivista retira de si o sentido da vida.

A segunda fase, que toca a presente pesquisa, tem como investigação o problema do homem no mundo, como pessoa, político; enfim, o homem em suas múltiplas dimensões. Esse período compreende os anos de 1920, que estão materializados nos textos publicados na revista *The Kaizo* entre 1923 a 1924. Vale lembrar que, segundo Vásquez, Husserl preocupa-se com a responsabilidade que o homem tem de repensar os rumos da cultura europeia que, historicamente impregnada do espírito racional fornecido pela filosofia e a ciência, ainda não resolveu o conflito oriundo das relações intersubjetivas. Nisso Husserl retoma o *ethos* racional dessa cultura como centro da vida ativa. A guerra e seus horrores, acentua Vásquez, retrata a miséria moral, religiosa e filosófica dessa humanidade (Idem, p. VII-XII).

Renovação é um conjunto de ensaios husserlianos que sintetiza a preocupação de uma época, voltado à reflexão ética e crítica à cultura. *Renovação* é programa político que apela à educação racional, instruída pela filosofia, e a uma ética pessoal-comunitária. Trata-se de um programa pedagógico que não ignora o sentimento de humanidade necessário à reforma social do homem. Por isso, Husserl tona-se, como Aristóteles, um reformador social.

II - A ÉTICA COM SEU INTENTO DE RENOVAÇÃO DO HOMEM INDIVIDUAL AO COMUNAL

O impacto da Primeira Guerra Mundial foi devastador para a Europa. Nunca se assistiu tamanho nível de destruição e aniquilamento de milhões de vidas. Essa guerra trouxe uma novidade aterrorizante: ela deixou os campos de batalha e passou a ter, como elemento estratégico, a destruição de cidades através de bombardeios aéreos. O destroçamento das cidades consistia na baixa autoestima

das populações atônitas, sem alternativas de fuga, por conta do debelamento moral de suas defesas. Esse momento da vida europeia trouxe, para Husserl, experiências dolorosas, tanto do ponto de vista afetivo com a morte de seu filho e discípulo, como no campo político. Neste, o filósofo afirma que, em substituição à guerra e às “coações militares”, se preferiu “*os ‘meios mais refinados’ das torturas da alma e das misérias econômicas moralmente depravantes, pôs descoberto a íntima inverdade, a ausência de sentido desta cultura*” (HUSSERL, 2006, p. 19). A partir desta constatação, Husserl, ao longo dos seus ensaios, alerta para a necessidade de renovação individual e coletiva face à “*sofística política, tão fatidicamente dominante no nosso tempo, que serve da argumentação ético-social apenas como cobertura para os fins egoístas*” (Idem, p.21). Renovação:

É o grito de chamada geral no nosso doloroso presente, e é o no domínio de conjunto da cultura europeia. [...] Ser um membro importante de uma tal humanidade, colaborar numa tal cultura, contribuir para os seus valores exaltantes, é a ventura de todos aqueles que são excelentes, a qual os eleva acima das suas preocupações e infortúnios individuais (Idem, p. 19).

Husserl proclama por uma renovação em todos os departamentos da vida europeia, recorrendo, mais uma vez, ao sentido profundo de racionalidade no esforço de dar conta dos imensos problemas que o filósofo julga serem de uma ética social da realidade, que, por conta disso ainda está cega para as soluções reais. A reflexão de Husserl não se esquece de atinar para os motivos da catástrofe de 1914-18: os interesses econômicos puramente nacionais de suas classes dirigentes. A ética husserliana assume a crítica como reflexão do “entorno” político como determinante social.

O contexto em que Husserl vive é decisivo e requer uma viragem que vislumbre novas tomadas de posição, sempre de olho no passado e com vistas mais altas ao futuro. Nesse ambiente

de pós-guerra, a renovação proposta por Husserl inspira-se na advertência paulina ao clamar por renovação a partir do evangelho de Cristo, especialmente na Epístola de Colossenses 3: 9-10, em que São Paulo aconselha rechaçar toda mentira porque nisso consistiria o propósito de conversão (renovação) para o homem novo. Nesse caso, renovação é conversão, e essa renovação é individual e coletiva. Husserl, ao preocupar-se com o destino da cultura europeia, percebe que o caminho desse desafio deve palmilhar as esferas individual e coletiva concomitantemente. Husserl apropria-se do plano racional-científico como método para analisar e aventar alternativas poderosas à nova humanidade. Porém, as condições da ordem racional para o propósito cujo homem possa ser o centro convergente dos interesses políticos têm problemas ligados aos que as ciências particulares puseram na ordem do dia. Husserl entende que a ética, ciência total do espírito, é capaz de fazer no mundo dos homens aquilo que a matemática fez no universo natural: *“quem negará, além disso, a possibilidade de um progresso ético continuado sob a direção do ideal de razão?”* (Idem, p. 20).

A renovação pela qual Husserl propugna toma, por necessidade, o basilar apodítico que a ciência ética representa, ciência válida por sua condição de invariabilidade fora da esfera naturalística e próxima do que é intuído pela consciência. O filósofo compreende que *“para uma efetiva racionalização do empírico exige-se (aqui inteiramente como no caso da natureza) precisamente um regresso às leis de essência que dão a medida, por conseguinte, um regresso ao específico do espírito”* [isto é] *“o mundo das interioridades”* (Idem, p. 25).

Um problema que se apresenta para essa ciência universal do espírito, ética como ciência filosófica, são as implicações histórico-quotidianas, em que os indivíduos desagregados e fechados em seus “eus” entorpecem a intropia (Idem, p. 24). Aqui Husserl entra em um

terreno muito difícil de apresentar considerações precisas. O reino do espírito está por demais saturado dos componentes culturais que organizam os grupos humanos. Nesse âmbito, o aspecto racional está muito longe de sobrepor-se ao par necessidade-interesse. Nele os “eus” movem-se acomodados pelas circunstâncias do que se pode oferecer no momento do deleite das expectativas. Por outro lado, os grupos humanos desenvolvem-se, também, a partir do que ficou posto no processo histórico como valor; e em que circunstâncias um bem foi dimensionado, e como ele influencia e organiza as tarefas da vida no concerto social. A valoração de um bem intuído nem sempre se dá pela racionalidade, visto que pode se perder no devir das relações sociais datadas. O bem a que se dirige, por exemplo, não se obedece ao que está disposto na esfera das idealizações. Na dimensão matemática, por conseguinte, o posto efetiva-se pela precisão dos resultados esperados, por isso, em uma convenção matemática, não se discute o fulcro do problema, mas como o problema deve ser apresentado para que todos se determinem através dele. Os algarismos são convenionados a partir da ideia de número, universalmente percebido.

A solução que Kant apresenta, relacionando o puro ao prático, sendo este determinado por aquele, cuja razão pura determinaria os processos da razão prática, tendo a razão por legisladora tanto do conhecimento científico como da lei moral que ordenaria o agir, teve impacto considerável nas formulações éticas husserlianas (KANT, 1973, p. 216). Ambos, Kant e Husserl, concebem, porém, de formas distintas, que há um *a priori* capaz de fazer com que os indivíduos possam ordenar suas ações, um pelo puro dever do agir conforme a razão, e o outro pela intuição do fluxo da consciência doadora de sentidos, respectivamente.

Desse modo, Husserl não só parte da ordem das razões, segundo modelo cartesiano que o influencia, como também é impactado pela ordem das coisas e de suas exigências a serem decifradas. Nisso reside a contribuição singular husserliana: olhar o

real e tirar dele toda a descrição possível; criticando-o e, ao mesmo tempo, propondo alternativas racionais. Assim, a ideia de imperativo em Husserl, ao contrário de Kant, tem o aspecto otimista porque crê na possibilidade política com o outro.² Nesse caso, as reflexões éticas husserlianas não estão adstritas à experiência empírica de determinado grupo de indivíduos, mas aos sentimentos existentes por conta de como os homens pensam e, a partir disso, como se organizam para os fins da existência que estabeleceram para si. Porquanto refletir sobre esse problema é o fim do pensamento ético husserliano. Isso, contudo, não significa afirmar que o pensamento husserliano opera fora do mundo ou em uma ordem puramente ideal, assim como na esfera matemática. É que Husserl, inspirado no modelo cartesiano, ao mesmo tempo em que o critica ao elaborar a fenomenologia, compreende que uma evidência está na ordem da intuição, visto que só através dela é possível descrever como os objetos são. Nesse particular, Husserl está seguro de ter apreendido o centro do problema ético da humanidade europeia.

Husserl assegura-se de que, na essência da condição humana, estão delineadas, na consciência, formas motivadoras racionais enquanto *a priori*, constituindo o intercâmbio entre judicante e normativo, teórico e prático. Essas motivações que delineiam o *a priori* não são tão particulares que impeçam a conexão da intuição com o intuído. Por mais que os indivíduos sejam marcados, culturalmente, as motivações delineadoras consistem no *a priori* como precisão. No contexto da dimensão humana, não existe a separação entre juízos teóricos de um lado, e os práticos do outro. O que há, de fato, é uma imbricação dos juízos e um centro de

² O pensamento ético-político kantiano, a despeito de sua beleza lógico-moral, nasce para gerenciar um problema que Hobbes e Maquiavel puseram contra o aristotelismo: para Maquiavel, o homem é sórdido e, para aquele, é egoísta; enquanto, segundo Aristóteles, é racional-comunitário. Kant optou por tomar a ética estoica e refazê-la a partir da influência cristã. Contudo, ele guarda levemente o pessimismo hobbesiano por meio do seu liberalismo. Husserl, nisso consiste a leitura deste trabalho, otimista, toma a renovação como premissa comunitária da vida pessoal. Nela, ele vê a única alternativa do indivíduo. Nesse caso, a comunidade é uma intuição: a priori.

conjunturas motivacionais que dirigem a existência e implicam na sua relação. De outra maneira, essa racionalização são fluxos da consciência em que os juízos práticos apropriam-se dos teóricos como capacitação para o julgamento do agir.

Isso significa que as racionalidades comunicam-se porque fazem parte da estrutura da consciência como núcleo essencial do homem. Nela, os influxos para o *agir* são conectados para os influxos do julgar como ação necessária do ser racional, pois, sendo a consciência intencionalidade, o teórico em si não se justificaria, o que consistiria em um desperdício na ordem da natureza, no esforço intelectual sem finalidade prática, *ente formal, que deixa muito abaixo de si todas as fatualidades* (Idem, p. 26), viabilizando a ciência da essência do homem. Essa ciência da essência do homem necessita, em primeiro lugar, saber que tipo de homem é esse que o espírito de renovação pretende e, a partir dela, erigir uma nova humanidade europeia. Dessa forma, a antropologia filosófica husserliana retoma do conceito aristotélico de homem a ideia de racional e, por conta disso, necessariamente, político (Idem, p. 27). Consequentemente o pensamento ético husserliano torna-se otimista por acreditar que a alma da renovação (conversão ética) poderá restituir os esforços dos antepassados e construir uma humanidade europeia boa, verdadeira e autêntica. Mas, para isso, é preciso, objetivamente, superar as fantasias da utopia e submeter-se ao rigor científico (Idem, p. 26).

Mas a obra da ciência e seu sistema de rigor na transformação da cultura europeia, à medida que transforma o ser individual e, por conseguinte, o ser comunitário, estará incompleta caso não apele para a mesma ciência como obra de educação (Idem, p. 28). Porque a ciência, sendo um sistema de rigor, aproveitando-se da natureza racional do homem que a criou, deve voltar-se para ele e o educa na perspectiva de novas e poderosas metas. Para isso, essa educação não

deve olvidar que o espírito da ciência é apriorístico das formas da lei de essência. O que significa isso? Essa ciência não é uma ciência de fatos, como os fatos empíricos enquanto objetos das ciências fáticas, as que, diante dos olhos, operam com benefícios para a humanidade. Todavia, é preciso salientar que essas ciências não podem mais solucionar a própria causa de sua des-essencialização. Por isso urge uma ciência racional dominada pelo espírito de renovação da cultura, o que implica na mudança de valores. Essa ciência é a que tem por objeto as essências não mensuradas pelas ferramentas construídas nos moldes das ciências positivadas, mas submetidas à intuição que, apoditicamente, evidencia o significado imediato na consciência, longe das construções do *eu* preso às contingências.

Esse projeto ético de uma ciência voltada para o essencial do humano deve, portanto, em sua racionalidade, voltar-se para uma "*ação social e política, bem como uma técnica política racional*" (Idem, p. 22). Essa política, segundo Husserl, deve submeter-se, para alcançar a racionalidade apontada, às finalidades da ética como conteúdo político-social. Nesse aspecto, ao que parece, a compreensão do fenômeno político assemelha-se ao modo aristotélico de apreender o mundo político pela redutibilidade ao domínio ético.

III – ÉTICA COMO CIÊNCIA DA VIDA ATIVA

Para Husserl, a renovação do homem singular e da humanidade como comunidade, é o problema supremo da ética. A vida ética deve pautar-se sob uma existência voltada para a renovação integral daqueles que sobreviveram à guerra e agora procuram seus destroços. No primeiro artigo de a *Renovação*, Husserl indaga sobre a ciência essencial que responderia pelos problemas emergentes do homem e da humanidade. O filósofo, no terceiro ensaio, pondera

que, “a *‘Ética pura’* é a ciência da essência e das formas possíveis de uma tal vida, na generalidade pura (apriorística)” (Idem, p. 39). A ética pura não pode ser confundida com a moral. Esta é uma parte da ética que regula o comportamento voltado para o bom (nesse caso, é o plano dos costumes, o que é bom nas relações sociais). Por sua vez, a ética pura deve ser tomada como ciência da vida ativa, de uma subjetividade racional, regulando a vida no seu conjunto. Nesse contexto, ética e ciência da razão prática são termos equivalentes, assim como ética social e ética comunal, esta como aprofundamento daquela, pois, ainda que social é individual, o primeiro momento do despertar para os fins da cultura, isto é, a *identidade das realizações enquanto sínteses de perspectivas identificáveis* (Idem, p. 40).

Entretanto, para se falar de uma ética comunal é preciso retomar o parágrafo anterior e pensar em um conceito de cultura que torne os indivíduos, dentro de contextos valorativos, amalgamados pelos laços integrativos à medida que se tornem solidários e responsáveis entre si. Esse conceito de cultura é nuclear porque estabelece o fundamento da antropologia cultural husserliana. Nele, o filósofo apresenta um original e profundo caráter associativo da vida. Ela só é cultural por conta da sua comunalidade, logo só o é porque humana e, necessariamente, racional. A vida espiritual, que o conceito husserliano de cultura oferece, é o sentido de comunidade, o espaço onde há o sentimento de comum a todos. Husserl acredita que o espírito de comunidade é o fundamento para uma vida política, no que desvela os liames dos laços integrativos, integradores do sentimento de igualdade; no que implica a retomada do olhar de responsabilidade que um tem pelo outro no seio comunitário.

Do conceito de cultura husserliano, que forja as bases de sua antropologia filosófica ao apresentar a ideia de homem, surge o conceito de ‘comunidade’ quando afirma que a “*comunidade é uma*

subjetividade pessoal, uma subjetividade pluricéfala, assim dizer, mas conectada. As suas pessoas singulares são os seus membros, funcionalmente entrelaçados uns com os outros através dos atos sociais" (Ibidem). Esse conceito de comunidade aglutina os indivíduos em suas diferenças, fazendo, de cada um, totalidade pessoal. Essa totalidade é a humanidade pensada como "*homem em ponto grande*" (HUSSERL, 2006, p. 41), tomada ético-comunitariamente. Assim, uma humanidade só pode ser compreendida como unidade de homens se nela habitar o espírito de unidade de propósitos. Agora se entende a finalidade da ética husserliana nesse período: uma vontade de renovação em que os indivíduos atuem como "*funcionários da vontade comunitária*" (Ibidem).

Nesse ponto o próprio Husserl exige que se faça uma reflexão quanto ao problema ético-comunal para pensar o significado de homem como ser pessoal e livre. Primeiro, o filósofo assevera que faz parte da natura humana a "*autoconsciência no sentido pleno de autoexame*" (Ibidem), a autoavaliação, a autodeterminação prática etc. Adiante, afirma que o homem tem a peculiaridade de agir a partir de si e a "*capacidade de 'obstar' aos efeitos do seu fazer passivo [...] realizar as ponderações correspondentes e de chegar a uma decisão voluntária somente com base no conhecimento*" (HUSSERL, 2006, p.42). Enfim, o homem é essencialmente racional e livre, pois valora e *desvalora* singularmente no processo de sua relação social, sem esquecer que ele é um contínuo esforço na consecução de que "*se avalie segundo normas da razão e se transforme do ponto de vista da razão prática*" (Idem, p. 45).

A forma da vida ética como espírito de renovação é a única absolutamente valiosa. Ela representa a síntese do homem autêntico, no qual se incluem os filósofos, artistas, cientistas etc. A forma de vida ética compreende diretamente o homem autêntico, identificado

na integralidade dos tipos mais elevados de autenticidade. Esta autenticidade desponta como racionalidade enquanto um “enamoramamento lúcido” pelas formas de vida, não é autorregulável em si, mas regulada pelas formas de vida ética a partir de uma espiritualidade superior (Idem, p. 47-48).

A forma da vida ética também passa pelo contentamento racional, o que significa estar radicado em uma certeza intelectual. Nesse caso, abre-se, para o homem, a capacidade de evolver-se no infinito, o que proporciona a ele, “*possibilidade de vida e afecções futuras [...] no conjunto da liberdade de escolha a liberdade de razão, o que lhe oferece um descontentamento consigo mesmo e o impelir às formas de vidas superiores*” (Idem, p. 50). Um elemento dessas formas de vida superior é o conhecimento de experiências singulares, possibilitando-o criar “*a consciência de responsabilidade da razão ou consciência ética*” (Idem, p. 51). A consciência ética, que é a responsabilidade racional do indivíduo na comunidade, torna o homem ser responsável ao definir-se diante do justo e do injusto no cotidiano de suas atividades, o que leva esse homem a uma “autorregulação como correção racional”. Essa autorregulação racional estende-se à possibilidade prática de renovação da vida inteira no que consistirá no *homem novo*, verdadeiramente racional, que avaliará sua vida e a si mesmo sob uma perspectiva universal, conferindo “*à sua vida ‘ativa, segundo a melhor capacidade em cada caso’, racionalidade e justeza*” (Ibidem).

O homem autêntico e verdadeiro, ou melhor, o homem de razão, animal racional, só o é não por conta de sua capacidade de calcular – o que definiria essa condição de ser matemático ou racional -, “*mas antes que, sempre e em todo lado, na sua vida ativa, assim procede porquanto aspira ao racionalmente prático ‘em geral’ e puramente por causa do seu valor absoluto*” (Idem, p. 52). Logo, o ideal absoluto

"não é outra coisa senão o ideal de perfeição pessoal e absoluta – perfeição teórica" (Ibidem) e prática em todos os aspectos. Contudo, esse ideal alcançado por um homem só o seria à medida que tomasse Deus como ideal em si, Ser de todas as perfeições absolutas, mas que soubesse, por outro lado, da impossibilidade de alcançá-Lo por conta de estar em condição oposta a Ele. Outrossim, *"todo homem ético traz em si próprio, a que ele infinitamente aspira e que infinitamente ama, e do qual se sabe sempre infinitamente distante"* (Ibidem) do polo ideal que é Deus, perfeição.

Os ideais da razão pela via prática relacionam-se no homem ético e, quanto mais *"livre e claramente o homem olha sinopticamente a sua vida inteira, avalia e a reconsidera segundo as possibilidades práticas, tanto mais será crítico no balanço da sua vida e fará um começo que tudo leva em conta para o conjunto da vida futura"* (HUSSERL, 2006, p. 54). Nesse sentido, conforme Husserl, com relação ao aspecto racional, neste reside o ideal prático de ser o único elemento capaz de permitir que o homem valora o entorno positivamente. E o homem ideal o é, como verdadeiramente racional e autêntico, ao pôr para si o par conceitual ideal-relativo como polos alcançáveis, este no mundo prático e aquele no plano das idealizações superiores como fins ao colocar, também, condições pedagógicas de autoeducação no sentido de que a racionalidade é um conjunto de procedimentos educativos que torna o homem melhor quando ele faz *o melhor possível* na vida ativa (Ibidem).

O ideal da vida ética é "categoricamente" exigido porque intelectivamente é a forma de vida necessária por conta da condição do homem enquanto ser racional, sua condição autenticamente verdadeira. Isso só é possível, porém, por conta desse *a priori* que repousa em todo o homem, mas que se manifesta quando ele evolui para tarefas verdadeiramente racionais, superiores. Husserl classifica

o problema no que se refere aos seguintes termos: 'o bom' (Ibidem). No entanto, na vida que traz consigo, a verdadeira marca do bom deve apoiar-se em um princípio que seja necessário e universalmente válido, por isso ela tem que ter o *status* do imperativo categórico husserliano: "*sê o verdadeiro homem; segue uma vida que possas justificar intelectualmente de ponta a ponta, uma vida provida da razão prática*" (HUSSERL, 2006, p. 55). Assim, este imperativo que, em si mesmo, é uma incondicionalidade, sugere que o homem enquanto ser racional deve ter em mente o agir sobre a mira da racionalidade. Nisso consiste o imperativo de fazer o *melhor possível* em cada momento de uma vida inspirada eticamente na ideia de que "*o ideal absoluto é o do sujeito absolutamente racional e, nesta medida, absolutamente perfeito, a respeito do todo de sua faculdade racional*" (Ibidem). Como a vida é *dever necessário*, dinamismo de um conjunto de eventos, a essência da vida ética consiste em agir comunitariamente em que o *melhor possível* torne-se o mandamento fulcral de todo homem no fluxo da existência.

A vida ativa não termina aqui, apenas é o seu começo. A ética, como ciência essencial dessa vida ativa, apela para o livre desenvolvimento da personalidade como um fazer racional, um dado essencial por meio do qual o homem ético promove, para si, uma lenta perda de sua vida ingênua à medida que se torna objeto e artífice de si mesmo. A perda dessa ingenuidade acarretará, também, a perda da beleza originária, o que ganha, de outro modo, a "*beleza anímica superior do combate ético pela clareza, pela verdade, pelo direito e, brotando disso, a beleza da bondade humana autêntica*" (HUSSERL, 2006, p. 56). O ideal autêntico de uma verdadeiramente humanidade é torná-la comunidade, infundável obra da autoeducação, regada pelo método da ética pautada pela autodisciplina como autogoverno. (Idem p. 57). Com isso, a ideia da vida ética só tem sentido se for necessariamente uma vida de valor superior.

Contudo, no que consiste essa razão da qual Husserl apela insistentemente nas páginas do seu terceiro artigo para a revista *Kaizo*? O filósofo afirma que os tipos de razão estão integrados inelutavelmente por meio da lei de essência que tem o conteúdo de si, representado na concepção de que é a “*mais perfeita clareza de princípios*” (Idem, p. 59). A ideia normativa da razão tanto tem sua eficiência na esfera do agir (mundo circundante) como nos hábitos lógicos e valorativos. A ética completa, ousa considerar Husserl, abarca a lógica em todos os seus departamentos, não esquecendo, porém, a axiologia. Para Husserl, tudo soa ética: na lógica, na axiologia; porque nelas têm-se uma ética do conhecimento, uma ética dos valores e assim por diante. Esse transpirar ético husserliano significa dizer que o ideal da vida ativa é ter a ética como ciência universal e apriorística, normatizando todos os setores da vida espiritualizada. Esse ideal de vida ativa, afim à ética, é resgatar o princípio de que o homem, sendo um animal racional, necessariamente tem-se como um membro ativo da comunidade. E, nesse caso, a ética como ciência apriorística e universal estabelece o seu imperativo categórico: “*sê um verdadeiro homem; segue uma vida que possas justificar intelectivamente de ponta a ponta, uma vida provinda da razão*”. Nessa vida da razão, no fluxo do devir, a consciência está desperta como núcleo produtor de sentidos; lega à ideia da vida comunitária um fazer da inteligência, da estética do bom, da inteligência do supremo bem a se atingir.

Dessa forma, Husserl, à medida que se apropria da ética aristotélica desde seus estudos iniciais sobre os problemas fundamentais da convivência humana, profundamente avança na concepção dos verdadeiros fins que norteiam a vida comunitária. Se o estagirita tinha posto a felicidade enquanto bem supremo a que os indivíduos deveriam perseguir na *polis* (EN 1095a), o filósofo austríaco acena para a ideia de que a felicidade é um bem supremo cuja edificação pertence ao ideal comunal em que a estética da cultura é dada pela responsabilidade que

todos têm *uns com outros*, em razão dos propósitos serem integrados e integradores por obra da educação, fonte da política redutível à ética, no que consiste na *identidade das realizações enquanto sínteses de perspectivas identificáveis* (Idem, p. 40 e 58).

A ética científica deriva da essência do homem racional. O momento inicial da vida ética consiste quando o racional se dá "*por meio da reflexão universal e pelo reforço dessa vontade originária de vida ética*" (Idem, p. 62), no momento em que o ser racional volta-se para si mesmo em uma profunda reflexão como ato genuinamente humano, revalorando a vida ao perder a ingenuidade em favor da reflexão, inicia Husserl o quarto ensaio sobre a renovação (Idem, p. 64). Esse homem racional que decide pela vida ativa, repleta de eticidade, luta bravamente contra as inclinações que saem de si e são alimentadas pelo cerco social em que vive. Mas a liberdade surge justamente quando o racional prepondera sobre as inclinações e permite que o racional opte pelo fazimento do bem, mesmo que esse bem ainda não esteja corretamente delineado. O homem ético, necessariamente verdadeiro, é aquele que livremente faz o bem ao mesmo tempo em que, pela vontade, constitui-se em um bom homem. A vida ética nasce, então, da decisão reflexiva de superar a posição egoísta que se assume diante do outro que está diante de si como imperativo existencial (Ibidem).

Esse bom homem, optante pela vida ética em virtude da reflexão que fez sobre si e o seu entorno social, por conta de sua essência racional, vive em comunidade. Essa comunidade é o espaço de homens racionais que refletem sobre a existência pautada na circunferência da vida imperativamente posta pelos interesses comunitários. Nesse sentido, "*compete também à minha vida humana ética que deseje como bom não apenas a mim próprio, mas antes a comunidade no seu conjunto, enquanto comunidade*

de homens bons, e, tanto quanto possa, que o assuma no círculo da minha vontade e dos meus fins” (HUSSERL, 2006, p. 65-66).

Um verdadeiro homem, pensa Husserl, é uma determinação ética. Essa, por sua vez, diz respeito à humanidade nos moldes comunitários, que outra coisa não pode ser senão o *mútuo entendimento voluntário como espírito de vontade comunitária* (Idem, p. 66). Não de outro modo, a vida ativa consiste em uma realidade posta pela necessidade de ideais entrelaçados para os fins altruístas da cooperação que nasce da *“exigência categórica de ser bom, de agir bem”* (Idem, p. 67), submetido ao império do prático, ao realizar-se por atos sociais, o que leva a apreender, com elevação, o conceito de cultura oferecido por Husserl: *identidade das realizações enquanto sínteses de perspectivas identificáveis* (Idem, p. 40).

Desse ideal de cultura, expresso pela mente universalista de Husserl, que ultrapassa os modelos apresentados pelas éticas individualistas, surge a comunidade como síntese da singularidade de homens bons voltados para a *unidade da comunidade*. Eixo que singulariza ações fundadas pelo espírito do trabalho, valor que norteia um tipo de homem que vive na realização de si através dos bens da cultura. O ideal ético de Husserl contamina seu conceito de cultura, da mesma forma que sua ética só pode ser cultural na medida em que se efetiva na *identidade das realizações enquanto sínteses de perspectivas identificáveis*. Nesse contexto, o conceito de ética formulado por Husserl afirma-se como um retorno ao sujeito mediado pela intersubjetividade como relação social, portanto subjetiva na medida da objetividade do sujeito. Óbvio, por outro lado, que o sujeito é determinante, pois sem ele não se poderia falar em subjetivo, objetivo etc. A ética de corte husserliana põe o sujeito como ser comunitário.

A ideia de comunidade que Husserl descreve não é um somatório de livres individualidades, muito embora uma comunidade

só possa constituir-se a partir das livres individualidades como seres no mundo circundante. Para Husserl, a comunidade se define “*através de todo ser e viver singulares, perpassa uma unidade da vida, se bem que fundada na vida singular; que, por sobre os mundos circundantes dos indivíduos, perpassa um mundo circundante comunitário neles fundido*” (Idem, p. 68). Ou seja, uma vida social em que esteja posta a concepção de uma sociedade ética de *indivíduos éticos*. Com base nessas assertivas, deve-se dizer algo sem medo: a ética husserliana tem marcação política por conta de pensar indivíduos livres e iguais entre si no espírito comunal, na esfera qualitativa de sujeitos que se sentem iguais e livres na esfera participativa.

Para tal intento, Husserl não ignora a necessidade de pensar na passagem de uma vida associativa simples à vida comunitária, tendo como doutrina formal aquela elaborada sobre o critério de comunidade, que consiste na síntese das éticas pessoal e social. Mas isso é uma preocupação científica porque só a ciência, como forma de cultura elevada, pode oferecer respostas singulares (Idem, p. 70). E a ciência para tal fim é a ciência ética, que também tem a função de arquitetar a vida ativa do ponto de vista comunal, sem esquecer a filosofia como ciência doadora de sentidos para as demais ciências particulares (Idem, p. 71).

A vida comunitária é uma obra de educação daqueles que estão dentro da comunidade e respiram a vida comunal baseados no espírito de uma vontade comunitária, que consistiria em um bem comum destinado a todos por meio dos esforços do trabalho presentificado na consciência da totalidade e da finalidade comuns, sem que haja subjugação das vontades, visto que todos são funcionários da comunidade (Idem, p. 72-73).

Husserl termina a primeira parte do quarto texto *Renovação* com uma evocação, à moda platônica, da participação do filósofo na vida comunitária, a quem chamará, mais tarde, de “funcionário da humanidade” no livro *Crise das ciências europeias e a fenomenologia*

transcendental (2012, p. 12). Aqui, para os fins desta pesquisa, interessa ressaltar que os “*filósofos são os representantes por vocação do espírito da razão, o órgão espiritual pelo qual a comunidade chega originária e continuamente à consciência da sua verdadeira destinação (da sua verdadeira identidade), e o órgão vocacionado para a aprovação desta consciência no círculo dos ‘laicos’*” (HUSSERL, 2006, p. 74). Nesse sentido, a filosofia, ciência geral, é o reino dos valores absolutos, de onde se tiraria os mecanismos para os fins supremos da humanidade comunitária. Então, a filosofia, como ciência do absoluto, o que faz lembrar Hegel, seria a grande obra de educação racional para alçar os valores superiores. Husserl apresenta seu projeto otimista de renovação para uma Europa que deve olhar para trás e resgatar o *telos* que a filosofia, no seu nascimento, impôs a si como sinal do seu significado. Mesmo sob os escombros morais de uma humanidade europeia dilacerada, Husserl imprime sua vocação de pedagogo, revivendo o melhor do platonismo, chamando os filósofos à tarefa da reconstrução racional para vida comunal: dimensão da igual-liberdade.

A filosofia, com suas tarefas múltiplas, torna-se, nesse caso, Filosofia Social Estrita. Ela, como responsável pela “*doutrina social da razão*” (idem, p. 75), coordenaria os mecanismos sociais, econômicos, políticos, científicos, estatais etc. da vida comunitária, marcados pela vida ética. Ressalta-se que a ética como ciência é pensada como *mathesis civita*, ciência cuja tarefa é pensar no que diz respeito ao individual-comunitário como expressão de uma subjetividade ativa.

CONCLUSÃO: VIDA ÉTICA COMO FIM DO *LOGOS*

Ao contrário dos animais, cuja vida é comandada pelos *instintos*, impulsos naturais deterministas, a vida humana é dirigida por normas. Os homens vivem, produzem e reproduzem por meio

de normas, sejam elas naturais ou culturais, informais ou formais, costumeiras ou jurídicas; não importa, o fato é que elas regulam as atividades humanas. Os homens agem através das normas não por conta exclusivamente da convenção, mas traz na consciência, segundo Husserl, o valor desse elemento de organização para os fins mais altos da vida ética. Como o homem é pura consciência, ele intui a necessidade da normatização para o racional fluxo da vida. Se a vida é devir, e a consciência é o centro produtor de sentidos, e a função racional das normas é a organização da vida para que ela se manifeste em todos os caminhos, trabalhando para o fluir do desenvolvimentos das disposições naturais dos homens, a consciência, desde que os homens voltem-se para si mesmos, valendo-se da reflexão como a *epoché* ético-existencial, pode apresentar-se para o fim da vida ética ou comunal. Neste contexto, existe um bom número de normas, cada grupo com suas especificidades, mas a que diz respeito à preocupação husserliana relaciona-se àquelas que podem ser conscientes valendo-se absolutamente, sob a forma do *eu devo* incondicionado, sob valores absolutos, imperativos incondicionados e categóricos (Idem, p. 81).

Nesse caso, a reflexão husserliana é ímpar porque defende a polêmica tese da ética como ciência em razão de sua preeminência existencial. Ao afirmar, no início, que o homem racionalmente rege-se por normas, e depois pondera que a filosofia passa a ter um sentido esplendoroso com a elaboração de normas para um filosofar profundo, o autor de *Renovação* faz uma marcação importante: a ética como sistema teórico nasce ao lado da lógica como outro sistema para atender preocupações teórico-práticas, concomitantemente (Idem, p. 107).

A disposição ética de suprema responsabilidade como objeto principal do filosofar, para Husserl, consiste, ao lado da elaboração da doutrina da ciência, a doutrina do puro agir a partir de puros valores

racionais. É nesse instante do mundo grego, sob forte repercussão no mundo ocidental, que surge a ética como rigor científico para duas tarefas capitais: a primeira, com o escopo de investigar, rigorosamente, a natureza das ações humanas, ao mesmo tempo em que estuda o sentido de humano e sua existência; e a segunda, para elaborar uma doutrina do agir sob o ponto de vista racional, porque se concluiu que o homem é um ser racional, logo toda orientação que se deva oferecer ao homem só pode ser sob esse aspecto. O princípio de que o homem é um ser racional leva em consideração a liberdade como a capacidade de elaborar críticas, ou viver reflexivamente. Dessa forma, a ética se coloca normativamente quando erige a ideia de comportamentos necessários à política (Idem, p. 85 e 90).

A ideia de ética que Husserl concebe é profunda. Nela, reside o ideal de uma vida que se sujeita ao imperativo da racionalidade; isso porque, sendo o homem racional, suas ações não podem configurar-se diversamente de sua natureza. Dessa forma, sem antes atinar à ideia de filosofia como ciência rigorosamente universal, é impossível pensar a ética como um sistema teorético, como ciência rigorosa sobre o agir humano, doutrina universal do agir comunitário. É, desse modo, que Husserl atribui a Sócrates e Platão a concepção de uma vida idealizada sobre o sistema de que, ao se pensar nas relações sociais, políticas etc., deve-se antes verificar as condições de possibilidade em que a vida pode ser celebrada. Husserl enfatiza que a visão socrático-platônica da filosofia, ao contrário de ingênua e puramente prática anteriores, é marcadamente teórica em virtude de buscar fundamentos para o complexo existencial humano. Nesse caso, Aristóteles é a cúspide dessa odisseia.

A ética como ciência do agir é, por conta do homem ser o agente, subjetiva à medida que esse agente é um sujeito que pensa e livremente tem a capacidade, pela criticidade, de impor regras a si mesmo. Contudo, a ética como ciência do agir é normativamente

voltada para fora e, concomitantemente para dentro do sujeito, implica o outro, necessariamente, o que significa afirmar que ela nasce sob o império da vida comunitária. Nesse caso, ela tem o contexto objetivo, por isso também é objetiva, porque teoriza sobre bases concretas, portanto “material”, o que leva Husserl a corroborar com a concepção de ser a ética uma exigência social, comunitária. A ética, como irmã gêmea da política, nasce ligada à preocupação de possibilitar à comunidade racional, um conjunto de elementos convincentes capaz de viabilizar a vida comunitária. A ética e a política são ciências filosóficas genuinamente comunitárias, elas só existem em virtude das relações sociais.

Renovação é o ânimo do pensamento ético-político husserliano. Seu projeto de tornar possível à Europa uma humanidade comunitária, leva-o a retomar o lema fenomenológico, *volta às coisas mesmas* e agarrá-las *em carne e osso* quando pensa na ética como ciência do *ethos*, da vida ativa de fato. Esse *voltar às coisas mesmas* é repensar, teleologicamente, no trajeto da filosofia, como conectar a vida aos interesses racionais das exigências comunitárias de pessoas livremente organizadas. Como filósofo que se volta para si mesmo no instante em que se dirige ao real com o intuito de pensá-lo como *funcionário da comunidade*, Husserl, tem, no conjunto na *Renovação*, projeto político cuja saída está na edificação da comunidade como espaço possível da liberdade fundamentada na igualdade de homens bons.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. Ética a Nicômacos. Brasília: UNB, 2001. Tradução de Mário da Goma Kury.

_____. Ética a Eudemo. Lisboa: Tribuna da História, 2005. Tradução de J. A. Amaral e Artur Morão.

BIBLIA Referência Thompson. Florida: Editora Vida, 1990. Tradução João ferreira de Almeida.

- BUONGIORNO, Federica. Fondazione dell'ética e materia del dovere in Edmund Husserl. *Revista Internazionale di Filosofia e Psicologia*. Vol. 2 (2011), n. 1, pp. 32-40
- FABRI, Marcelo. Fenomenologia e cultura. Husserl, Levinas e a motivação ética do pensar. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- _____. Ética pura e situações motivacionais: o sujeito moral em Husserl. *Revista Dissertatio*, 2012. Número 35, p. 31-45.
- FERRARELLO, Susi. Edmund Husserl – Il pensiero ético e l'ideia di scienza. Padova: Liberauniversitaria, 2010.
- GREISCH, Jean. Fenomenologia. p. 413-419. In: CANTO-SPERBER, Monique. Dicionário de ética e filosofia moral. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2013. Tradução Magda Lopes.
- GUIMARÃES, Aquiles C. Lições de fenomenologia jurídica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- HEGEL, G. W. F. O sistema da vida ética. Lisboa: Edições 70, 1991. Tradução de Arthur Morão.
- HUSSERL, Edmund. Filosofia como ciência de rigor. Coimbra: Atlântida, 1952. Tradução de Albin Beau.
- _____. A ideia da fenomenologia. Lisboa: Edições 70, 1989. Tradução de Artur Mourão.
- _____. Meditações cartesianas: introdução à fenomenologia. São Paulo : Madras, 2001. Tradução de Frank de Oliveira.
- _____. Investigações lógicas. Primeiro volume – Prolegómenos à lógica pura. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2005. Tradução de Diogo Ferrer.
- _____. Renovação. Artigos para a Revista Kaizo. In: Europa: Crise e Renovação. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. 2006. Tradução Pedro M. S. Alves e Carlos Aurélio de Morujão.
- _____. Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica. Aparecida: Ideias e Letras, 2006a. Tradução de Márcio Suzuki.
- _____. A crise da humanidade europeia e a filosofia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Tradução de Urbano Zilles.
- _____. Lineamenti di etica formale. Lezioni sull'ética e la teoria dei valori de 1914. Firenze: Le Lettere, 2009. Traduzione di Paola Basso e Paolo Spinicci.
- _____. Introduzione all'ética. Lezioni del semestre estivo 1920/1924. Bari: Editori Laterza, 2009a. Traduzione di Nicola Zippel.
- _____. A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. Tradução de Diogo Falcão Ferrer.

KANT, I. Fundamentação da metafísica dos costumes. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Tradução de Paulo Quintela.

SANTOS, José H. Do empirismo à fenomenologia. A crítica antipsicologista de Husserl e a ideia de lógica pura. Braga: Livraria Cruz, 1973.

SCHUHMAN, Karl. Husserl y lo político. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009. Traducción de Julian Valentina Iribane.

SEEP, Hans-Rainer. Teleología y ética em la obra tardía de Edmund Husserl. Pamplona: Anuário Filosófico, 1995 – 28, p. 19-39. Traducción de Urbano Ferrer.

VÁSQUEZ, Guillermo Hoyos. La ética fenomenológica como responsabilidad para la renovación cultural. In: HUSSERL, E. Renovación del hombre y de la cultura. Barcelona: Anthropos, 2002, p. VII- XXXIII. Traducción de Agustín Serrano de Haro.